



PROJETO DE PESQUISA

“Sistema Interdisciplinar de Relacionamentos de Normas,
Julgados e Doutrina em Direito Setorial”

Prof. Márcio Iorio Aranha

EMENTA

Pesquisa interdisciplinar (Direito e Ciência da Informação) envolvendo a sistematização de normas, julgados e doutrina de direito setorial no Brasil em relação a sistemas de ontologias de informação, mediante desenvolvimento de produto de editoração de tópicos em formato ISO Topic Maps e construção de infraestrutura de atualização e publicização da base referencial correspondente.

JUSTIFICATIVA

A Universidade de Brasília, via seu Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito, detém know-how de pesquisa científica setorial na organização de informação legislativa, particularmente no desenvolvimento do Modelo Genérico de Relacionamentos (MGR), que, apoiado em constructos simples, permite estabelecer, de maneira uniforme, relacionamentos entre conceitos e unidades de informação jurídica por intermédio de ferramentas de tecnologia da informação que servem como base de informação jurídica ontologicamente estruturada em instâncias de endereçamento normativo.

O setores regulados, no Brasil, carecem de sistema de organização da informação jurídica apoiado em técnicas de relacionamentos da informação jurídica orientadas à construção de consolidações legislativa, que respondem a três demandas centrais, a saber:

a) **DEMANDA POR ATUALIZAÇÃO NORMATIVA**

A produção de consolidação legislativa de qualquer setor regulado, embora possa ser o produto de um estudo pontual que reúna as normas do setor em um documento único, necessita estar assentada em instrumento de tecnologia da informação capaz de manter as referências e a estrutura do documento consolidador atualizáveis. Não é suficiente disponibilizar-se uma proposta estanque de consolidação para um setor da economia que sofre alterações diuturnas em sua base normativa. Pelo contrário, é necessário que a consolidação seja construída sobre um sistema automatizado de relacionamentos entre conceitos e unidades de informação jurídica por intermédio de ferramentas de tecnologia da informação.



Com isso, um requisito fundamental para preservação do esforço de consolidação no tempo passa a ser cumprido mediante a inserção dos dados normativos consolidadores em sistema de informação jurídica suscetível à atualização. Duas experiências setoriais já fizeram uso do método de *Modelo Genérico de Relacionamento (MGR)*, quais sejam, a coletânea de normas e julgados de telecomunicações, desenvolvida no seio de pesquisas interdisciplinares do Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações, do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da UnB (GETEL/UnB), e a consolidação do setor de mineração, desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Direito de Recursos Naturais (GERN/UnB).

Para além da apresentação própria a uma consolidação via documento único com Partes, Livros, Títulos, Capítulos, Seções, Subseções estruturantes, a consolidação de mineração, por intermédio de elementos de hipertexto, preserva as fontes das normas consolidadas para conferência, bem como o detalhamento da situação jurídica de tais normas acompanhada de índice alfabético e remissivo detalhado, cujo conteúdo é construído por esforço hermenêutico de especialistas, mas estruturado via sistema de relacionamentos eletrônico.

Dentre as virtudes de um sistema de informação jurídica ontologicamente estruturada, encontra-se a de permitir sua constante atualização frente a novos dispositivos normativos, decisões administrativas e judiciais, e doutrina do setor, com a conseqüente renumeração e reposicionamento da estrutura consolidada à medida que novas normas, julgados, ou doutrina ingressem no conjunto do arsenal jurídico setorial.

b) DEMANDA POR MODULARIDADE

A modularidade, como requisito de sistemas de informação jurídica, significa a possibilidade de utilização dos produtos de estudos estruturantes jurídicos para o desenvolvimento de novas utilidades, *in casu*, a utilidade de disponibilização de sistema estruturado de normas de setores regulados brasileiros.

Ao se produzir uma consolidação para os setores regulados brasileiros apoiada em sistema de informação jurídica ontologicamente estruturado, dá-se o primeiro passo para desenvolvimento de um instrumento de pesquisa setorial ímpar nos moldes do que tem seido desenvolvido para o setor de telecomunicações por pesquisadores da UnB.

O sistema de relacionamentos da informação em telecomunicações, por exemplo, é composto por um conjunto normativo básico, que, no caso das telecomunicações, consiste na Lei Geral de Telecomunicações de 1997, servindo de base de referência para conexão de todas as normas primárias e secundárias do setor, bem como das jurisprudência de tribunais superiores do país e doutrina pertinente. Apoiado nos resultados obtidos para o setor de telecomunicações, pode-se, com segurança, afirmar que a produção de documento consolidador de setores regulados que faça uso de tecnologia de relacionamento entre conceitos e unidades de informação jurídica presta-se à finalidade fundamental de desenvolvimento de instrumental de pesquisa jurídica necessária à compreensão do Estado Regulador como ele tem se afirmado em nossa realidade político-jurídica.

c) DEMANDA POR ESTRUTURAÇÃO NORMATIVA

Por último, mas não menos importante, o desenvolvimento de sistema de consolidação legislativa e de relacionamento tópico de normas, julgados e doutrina de determinado setor regulado responde à demanda de estruturação normativa de setores que historicamente sofrem do efeito do Estado Administrativo de profusão



de normatizações secundárias muitas vezes desconexas. A presença de um documento consolidador e de sistemas de relacionamento normativo, jurisprudencial e doutrinário não somente serve ao esclarecimento da lógica do ordenamento jurídico setorial para a atuação segura do regulador, quanto permite uma maior transparência do setor para o ambiente empresarial, para os usuários/consumidores, para a interação entre órgãos da Administração Pública federal (Ministérios, órgão regulador e outras entidades de setores regulados próximos) e, finalmente, para toda a sociedade, que passa a enxergar o setor ordenado em um documento único de estruturação normativa.

OBJETIVO GERAL DO PROJETO

Desenvolvimento de sistemas interdisciplinares de relacionamentos de normas, julgados e doutrina como apoio de métodos oriundos de estudos da Ciência da Informação para construção de metodologia de produção de consolidação e coletânea setorial assentados em sistema de tecnologia da informação de relacionamento entre conceitos e unidades de informação jurídica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolvimento de modelo de tecnologia da informação apoiado na estrutura definida para a consolidação do setor de energia elétrica brasileiro.
- Desenvolvimento de metodologia de apropriação da informação jurídica em modelo de tecnologia da informação e sua repercussão em sistema de relacionamento correspondente.
- Estudo do arcabouço normativo e da jurisprudência e doutrina setoriais a partir de modelo genérico de relacionamento da informação jurídica.
- Definição dos tópicos estruturais de consolidação de setores regulados no Brasil.
- Produção de consolidações, coletânea e coleções setoriais brasileiras.

PÚBLICO-ALVO

Academia, reguladores, legisladores, operadores do direito, definidores de políticas públicas, empresas reguladas, usuários/consumidores e a sociedade brasileira beneficiada com a maior transparência de estruturação normativa de setores regulados no Brasil.



METODOLOGIA

Utiliza-se a metodologia de pesquisa-ação (Thiollent 1998), em que se aliam um objetivo de pesquisa a um objetivo de ação, tratando-se de uma pesquisa social com base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo. Nesse sentido, o desenvolvimento do projeto se dá a partir de pesquisa exploratória documental normativa apoiada em hermenêutica prescritiva e no Modelo Genérico de Relacionamentos (Lima 2008), que, apoiado em constructos simples, permite estabelecer, de maneira uniforme, relacionamentos entre conceitos e unidades de informação jurídica por intermédio de ferramentas de tecnologia da informação que servem como base de informação jurídica ontologicamente estruturada em instâncias de endereçamento normativo referido ao projeto federal de unicidade eletrônica de identidade normativa intitulado LexML.

Bibliografia básica

- AALBERG, T. *Supporting Relationships in Digital Libraries*. Department of Computer and Information Science. Trondheim: Norwegian University of Science and Technology, 2003. Tese de Doutorado.
- ALLEN, J. Maintaining knowledge about temporal intervals. *Communications of the ACM* 26(11): 832-843, 1983.
- American National Standards Institute / National Information Standards Organization (Z39.15). *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*. 2005.
- ARANHA, M. I. *et al.* Coletânea de Normas e Julgados de Telecomunicações e Glossário Brasileiro de Direito das Telecomunicações. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- ARCHI, A. *et al.* *Studio di fattibilità per la realizzazione del progetto "Accesso alle norme in rete"*. Informatica e Diritto, 2000.
- BAEZA-YEATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. *Modern Information Retrieval*. Harlow: Addison Wesley, 1999.
- BEGHTEL, C. *Relationships in Classificatory Structure and Meaning*. In: BEAN, C. A.; GREEN, R. (org.). *Relationships in the Organization of Knowledge*. Dordrecht: Kluwer, 2001, p. 99-113.
- CABRÉ, M. T. *La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.
- CURRY, A. *Action Research in Action: Involving Students and Professionals*. In: IFLA General Conference and Council 71. Oslo, Noruega: 2000.
- DAHLBERG, I. *Ontical Structures and Universal Classification*. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1978.
- ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. *Educar* 16: 181-191, 2000.
- FELBER, H. *The Vienna School of Terminology: fundamentals and its theory*. In: International Symposium on Theoretical and Methodological Problems of Terminology. Proceedings... Muenchen: Saur, 1981.
- FREIRE, N. M. Técnica e processo legislativo. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- GRUBER, T. R. *Towards Principles for the Design of Ontologies Used for Knowledge Sharing*. In: GUARINO, N.; POLI, R. (org.) *Formal Ontology in Conceptual Analysis and Knowledge Representation*. Padova: LADSEB-CNR, 1993.
- KOCHEN, M. *Principles of Information Retrieval*. Los Angeles: Melville Publishing, 1974.
- LEAZER, G.; FURNER, J. *Topological indices of textual identity networks*. In: WOODS, L (org.). *Proceedings of the 62nd Annual Meeting of the American Society for Information Science*. Medford, NJ: Information Today, 1999, p. 345-358.
- PARK, J.; HUNTING, S.; ENGELBART, D. C. *XML Topic Maps: Creating and Using Topic Maps for the Web*. Boston: Addison Wesley Professional, 2003.
- RATH, H. H. *Semantic Resource Exploitation with Topic Maps*. GLDV-Springer Meeting. Giessen University,



2001, p. 3-15.

- SMIRAGLIA, R. P. *The Progress of Theory in Knowledge Organization*. Library Trends 50(3): 330-349, 2002.
- TENÓRIO, I. Cibernética e Atividades Legislativas. Revista do Serviço Público 106(2): 191-205, 1971.
- THIOLLET, M. Metodologia Pesquisa-Ação. Campinas: Costez, 1998.
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa* 31(3): 443-466, 2005.
- WERSIG, G.; NEVELING, U. *The Phenomena of Interest to Information Science*. Information Science 9(4): 127-140, 1975.
- WINTER, R. *Action-Research and the Nature of Social Inquiry: Professional Innovation and Educational Work*. Aldershot, UK: Gower Publishing Company, 1987.